



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de crédito e da indústria movimentam a semana no Brasil. Nos EUA, destaque para os números do mercado de trabalho

O destaque da semana fica com os números do mercado de crédito, cujo saldo total deve crescer 0,5% em fevereiro, levando a uma aceleração do ritmo de expansão anual da carteira, de 7,6% para 8,1%, segundo a Pesquisa Especial da Febraban. O avanço em 12 meses é beneficiado pela fraca base de comparação de fev/23 (0,0%), quando o crédito livre às empresas recuou 1,1%, afetado pela eclosão dos casos Americanas/Light. No mês, o crescimento deve ser liderado pelo crédito às famílias (+0,6%), que deve seguir apresentando uma dinâmica positiva. Veja mais detalhes da Pesquisa da Febraban [aqui](#). Os dados oficiais serão divulgados pelo Banco Central na terça-feira (2).

Ainda no mercado de crédito, é possível que o Ministério da Fazenda divulgue, ao longo da semana, novas medidas na área. O Ministério deve apresentar aperfeiçoamentos nos programas públicos de crédito voltados às MPMs, além de um projeto que permitirá a securitização da carteira de crédito imobiliário pelos bancos, abrindo espaço nos balanços das IFs para que estas ampliem os financiamentos no segmento.

As atenções também se voltam para o desempenho da indústria em fevereiro, que deve mostrar alguma reação após queda em janeiro. O resultado será divulgado pelo IBGE na quarta (3) e a expectativa é de alta de 0,2% no mês, beneficiado pela fraca base de comparação da indústria extrativa (-6,3% em jan/24) e de algum impulso do segmento de transformação, que tem mostrado ligeira melhora com a flexibilização dos juros. De importante peso na indústria, também serão conhecidos os números de março do setor automotivo: emplacamentos (Fenabreve), na terça (2); e, produção (Anfavea), na quinta (4).

Já as contas externas devem seguir apontando um quadro confortável. A Secex divulga o resultado da balança comercial de março na quinta (4), que deve mostrar um superávit de US\$ 7,0 bi; embora expressivo, deve ficar abaixo do observado em mar/23 (US\$ 10,7 bi), que foi recorde para o mês. No mesmo dia, o BCB divulga o resultado das transações correntes de fevereiro. A expectativa é de um déficit de US\$ 3,5 bi no mês, neste caso, melhor do que o registrado no mesmo mês de 2023 (US\$ -4,4 bi), favorecido justamente pelo bom desempenho da balança comercial em fevereiro. Com isso, o déficit externo deve seguir recuando e atingir US\$ 23,8 bi (1,1% do PIB) em 12 meses, menor patamar desde meados de 2008 (em proporção ao PIB).

A semana ainda traz dados de contas públicas e inflação. No campo fiscal, o Banco Central informa o resultado consolidado do setor público na sexta (5), que deve mostrar elevado déficit em fevereiro, de R\$ 48,4 bi, pressionado pela antecipação do pagamento anual dos precatórios pelo governo central. Também na sexta (5), a FGV divulga o IDP-DI de março, que deve mostrar deflação de 0,37% no mês, a terceira seguida, refletindo especialmente a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional. Em 12 meses, o índice deve ficar praticamente estável, apontando deflação de 4,06% (ante -4,04% em fev/24).

No cenário internacional, as atenções se voltam, na sexta (5), para o resultado do mercado de trabalho (*payroll*) dos EUA de março, que deve registrar novamente um bom volume de geração de vagas de emprego e pode desafiar a expectativa de 3 cortes de juros pelo Fed no ano. O consenso projeta criação de 215 mil vagas no mês, pouco abaixo do dado de fevereiro (275 mil), com ligeira redução na taxa de desemprego, de 3,9% para 3,8%, sinalizando que o segmento segue resiliente.

Ainda na semana, também serão conhecidos dados de atividade das principais economias mundiais. Destaque para as prévias de março dos índices PMI (índice dos gerentes de compras), da manufatura e dos serviços, para a economia dos EUA, Zona do Euro e China. Neste sentido, ontem à noite já foi divulgado o resultado do índice PMI da manufatura da China, que voltou a subir, atingindo o maior nível nos últimos 13 meses, indicando que o setor industrial do país tem reagido aos estímulos implementados pelo governo. Por fim, na Zona do Euro, será conhecida, na quarta (3), a prévia da inflação de março.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
02/abr	BCB: Nota de Operações de Crédito	Fev/24	0,5% m/m* 8,1% a/a*	-0,3% m/m 7,6% a/a
02/abr	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Mar/24	-	27,2% a/a
03/abr	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Fev/24	0,2% m/m 5,6% a/a	-1,6% m/m 3,6% a/a
04/abr	Anfavea: Produção de Veículos	Mar/24	-	17,4% a/a
04/abr	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Fev/24	US\$ -3,5 bi	US\$ -5,1 bi
04/abr	Secex: Balança Comercial	Mar/24	US\$ 7,0 bi	US\$ 5,4 bi
05/abr	BCB: Estatísticas Fiscais	Fev/24	R\$ -48,4 bi	R\$ 102,1 bi
05/abr	FGV: IGP-DI	Mar/24	-0,37% m/m -4,06% a/a	-0,41% m/m -4,04% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
31/mar	China	PMI Caixin Manufatura	Mar/24	51,0 pts	54,1 pts
01/abr	EUA	ISM Manufatura	Mar/24	48,4 pts	47,8 pts
02/abr	Zona do Euro	PMI Manufatura	Mar/24 - final	45,7 pts	46,5 pts
02/abr	China	PMI Caixin Serviços	Mar/24	52,7 pts	52,5 pts
03/abr	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mar/24 - prévia	2,5% a/a	2,6% a/a
03/abr	EUA	PMI / ISM Serviços	Mar/24 - final	51,7 pts / 52,8 pts	52,5 pts / 52,6 pts
04/abr	Zona do Euro	PMI Serviços	Mar/24 - final	51,1 pts	49,2 pts
05/abr	Zona do Euro	Vendas no varejo	Fev/24	-0,3% m/m	0,1% m/m
05/abr	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas /Taxa de Desemprego	Mar/24	215 mil / 3,8%	275 mil / 3,9%

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

Ata abre debate sobre redução do ritmo de corte da Selic a partir de junho

O Copom trouxe na Ata de sua última reunião uma extensa discussão sobre o aumento das incertezas no cenário, de modo a justificar a alteração de sua prescrição futura, que passou a indicar um corte de 0,50 pp na Selic apenas para a próxima reunião (7 e 8 de maio). O documento voltou a indicar que não houve uma alteração relevante no cenário-base, mas a elevação das incertezas (nos cenários interno e externo) justificam a necessidade de uma maior flexibilidade na condução da política monetária.

No ambiente externo, destacou o processo desinflacionário ainda bastante incerto nos EUA, marcado por um cenário de atividade forte e mercado de trabalho resiliente. No ambiente interno, o Comitê apontou preocupação com a resiliência da atividade, sobretudo com o fato de o mercado de trabalho mais apertado estar gerando reajustes salariais acima dos ganhos de produtividade, podendo pressionar a inflação de serviços e retardar a convergência da inflação à meta. Nesta direção, indicou que “a recorrência de surpresas inflacionárias na inflação de serviços, em particular em seus componentes subjacentes e intensivos em trabalho, suscita dúvidas sobre a velocidade da desinflação”.

Outro ponto relevante foi a elevação da projeção de crescimento do PIB deste ano, que passou de uma alta de 1,7% para 1,9%, segundo o Relatório Trimestral de Inflação do Banco Central, onde afirmou que os dados já disponíveis para o início do ano sugerem maior aquecimento da economia. Ainda assim, não alterou sua projeção para inflação deste e dos próximos anos, que seguiram em 3,5%, 3,2% e 3,2% nessa ordem, embora todas acima da meta (3,0%).

Voltando à indicação da política monetária, o Comitê apontou que o ambiente de maior incerteza reduzia o benefício da sinalização futura e elevava seus custos, dado que uma promessa não cumprida poderia ter impacto sobre a credibilidade futura e provocar volatilidade excessiva. Assim, optou de forma unânime por antecipar uma redução de mesma magnitude apenas na próxima reunião, mas que “seria um equívoco interpretar tal mudança como uma indicação de alteração do ciclo de política monetária compatível com o cenário-base”.

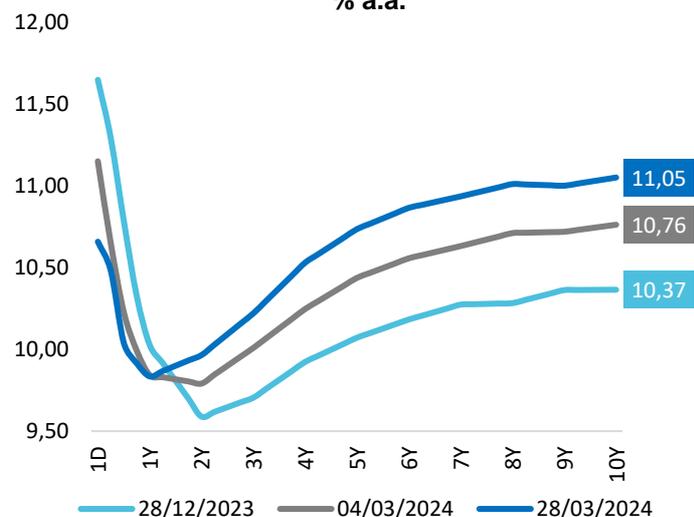
Contudo, o parágrafo 23 do documento apontou que alguns membros do Copom avaliam que, se a incerteza permanecer elevada, um ritmo mais lento de cortes pode ser adequado para qualquer taxa terminal que se deseja atingir.

Quadro 1: Taxa Selic - % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 2: Curva de Juros Futuros (Swap Pré-DI) % a.a.



Fonte: Bloomberg

Portanto, embora o BCB tenha apontado que a alteração em sua comunicação não implica necessariamente em uma redução no ritmo de cortes de juros (para 0,25 pp), esta pode ocorrer a partir de junho, caso o cenário para a trajetória da inflação siga incerto. Além disso, a leitura do cenário e a indicação do BCB também sugerem algum viés de alta para as projeções para a taxa Selic no fim do ano, por ora, ainda em 9,0% aa.

Neste contexto, os números da inflação e do emprego divulgados ao longo da semana reforçaram a necessidade de cautela para a condução da política monetária.

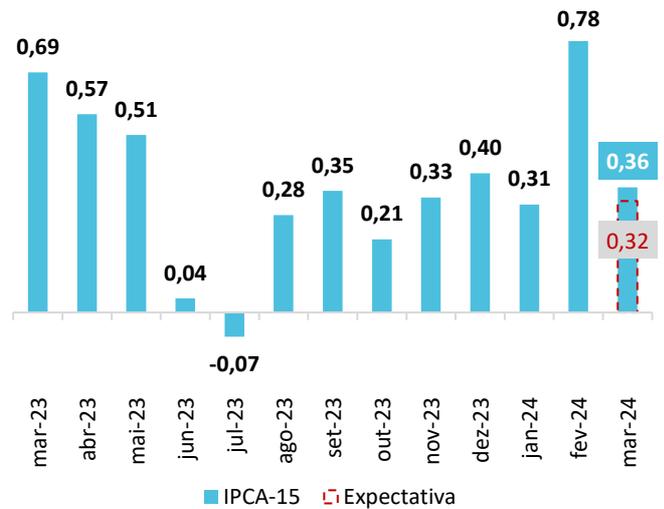
A prévia da inflação (IPCA-15) de março registrou alta de 0,36% no mês, ligeiramente acima do esperado pelo mercado (+0,32%). O resultado fez o índice desacelerar de 4,49% para 4,14% em 12 meses, mas seguiu mostrando pressão dos serviços subjacentes, principal fonte de preocupação do Copom.

No mês, a alta foi novamente influenciada pelos preços dos alimentos consumidos no domicílio (+1,04%) e pelos combustíveis (+2,41%), que juntos responderam por 83,4% da inflação de março. No caso dos alimentos, os preços seguiram mostrando desaceleração ante o mês anterior (+0,97%), mas de maneira mais modesta do que a esperada. Já os combustíveis seguiram pressionados pela reoneração do ICMS, que passou a vigorar a partir de fevereiro. Na outra direção, os preços das passagens aéreas recuaram (-9,08%) pelo 3º mês seguido, assim como o grupo vestuário (-0,22%) e os artigos de residência (-0,58%) que também registraram deflação no mês, contribuindo para manter a dinâmica benigna dos itens industriais.

No geral, o resultado de março não mudou o cenário-base de desinflação gradual da economia, mas com pressão nos serviços. Do ponto de vista qualitativo, tivemos boas notícias no índice de difusão, que caiu para 54,5%; e nas medidas de núcleo, que mostraram ligeira perda de força. O problema segue concentrado na inflação de serviços subjacentes, que voltou a acelerar em 12 meses, de 4,99% para 5,34%, pressionada pelos serviços ligados à mão de obra, alimentação fora do domicílio e aluguel/condomínio residencial.

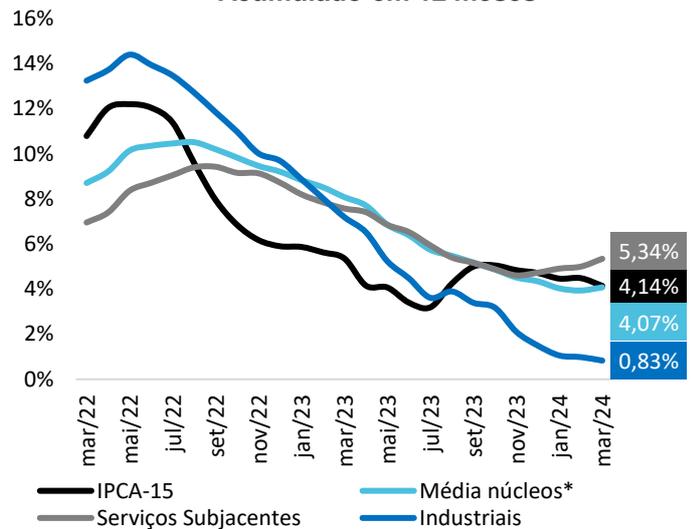
No mercado de trabalho, os números vieram novamente em tom positivo, com alta da ocupação e dos salários, reforçando a leitura de que o segmento segue aquecido. A taxa de desemprego, calculada pela PNAD (IBGE), subiu 0,2 pp no trimestre encerrado em fevereiro, para 7,8%. O resultado veio em linha com o esperado e representa a menor taxa para o mês desde 2015 (7,5%). O aumento da taxa, porém, tem componente sazonal, refletindo, dentre outros, o retorno da procura por trabalho por pessoas que interrompem tal busca no fim do ano.

Quadro 3: IPCA-15 – Var.% mensal



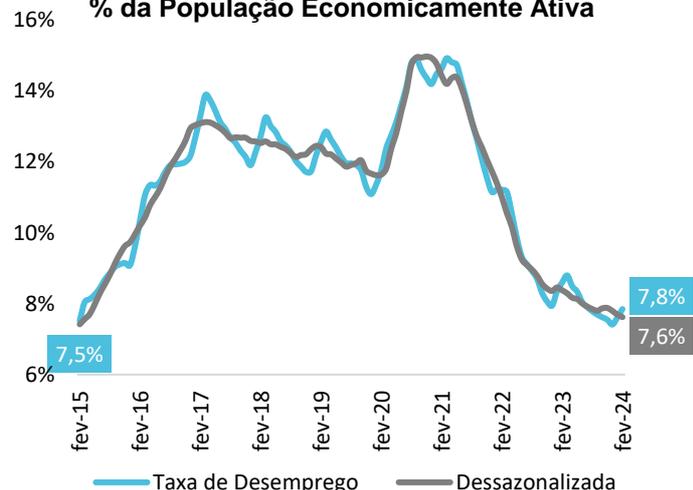
Fonte: IBGE

Quadro 4: IPCA-15 e Aberturas – Acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE. *Núcleos selecionados

Quadro 5: Taxa de Desemprego % da População Economicamente Ativa



Fonte: PNAD (IBGE)

Quando ajustada pelos efeitos sazonais, a taxa de desemprego cedeu de 7,7% para 7,6%, menor nível desde março de 2015 (7,6%). Esta sazonalidade pode ser verificada ao observarmos que o número de pessoas ocupadas ficou praticamente estável no trimestre (-0,3%), enquanto a população desocupada avançou 4,1%. Porém, quando comparado ao mesmo período do ano passado, o pessoal ocupado seguiu avançando (+2,2%), ao mesmo tempo que o pessoal desocupado registrou intensa queda (-7,5%).

Outro ponto importante foi a aceleração do avanço do rendimento médio real dos trabalhadores, que atingiu 4,3% na comparação anual (ante +3,8%). A combinação do aumento da ocupação e dos salários tem impulsionado a massa salarial real, que cresceu 6,7% ante fev/23, contribuindo para sustentar a demanda doméstica.

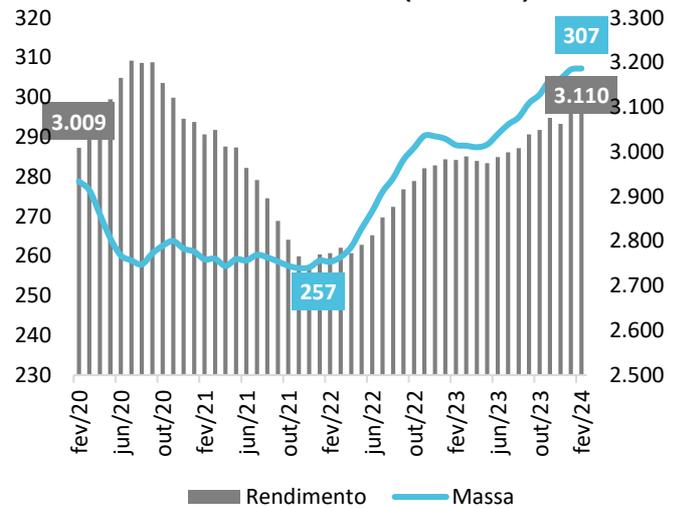
No setor formal, os números vieram ainda melhores, com o Caged registrando geração líquida de 306,1 mil vagas em fevereiro, acima do esperado (239,0 mil) e do registrado em fev/23 (252,5 mil). Todos os cinco grandes setores registraram números positivos, com destaque para o segmento de Educação (+58,3 mil), beneficiado pelo início do ano letivo. O bom resultado contribuiu para que o mercado formal fechasse o 1º bimestre com geração de 474,6 mil vagas, bem acima do observado no ano anterior (342,5 mil), reforçando os sinais de que o mercado de trabalho está aquecido.

Em relação às contas públicas, o Tesouro Nacional informou que o governo central registrou déficit primário de R\$ 58,4 bi em fevereiro, pressionado pela antecipação do pagamento anual dos precatórios. Normalmente pagos no segundo semestre do ano, os gastos com precatórios totalizaram R\$ 30,1 bi no mês. Tirando tal despesa, o déficit teria ficado em R\$ 28,3 bi, um pouco melhor do que o registrado em fevereiro de 2023, quando foi de R\$ 42,4 bi.

A melhora do resultado (ex-precatórios) decorre do forte crescimento real das receitas líquidas (+23,4%, ante fev/23), beneficiada pelo aumento da arrecadação de impostos. As despesas, por sua vez, também seguem com alta real relevante (+27,4% ante fev/23; ou 7,3% exceto os gastos com precatórios). Assim, no 1º bimestre, o governo central apresentou superávit de R\$ 21,6 bi, impulsionado pela forte expansão real das receitas líquidas (+9,5%) e pela sazonalidade favorável de início de ano, compensadas pelo intenso aumento das despesas (+17,1% ou +7,1% sem precatórios).

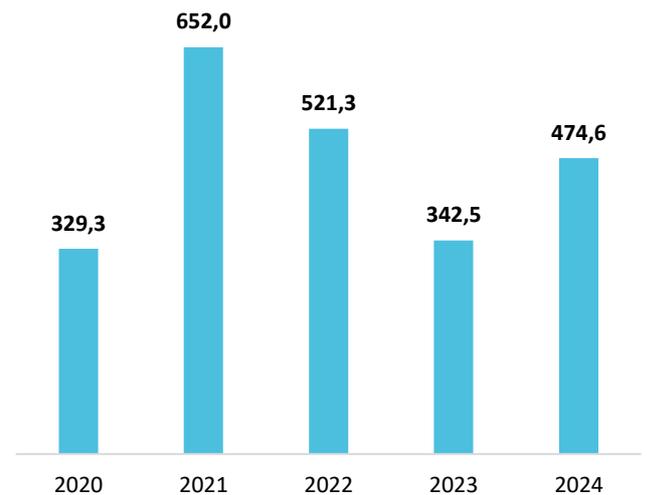
Em geral, a arrecadação tem surpreendido positivamente, fato que tem levado a algum viés de melhora para o resultado fiscal deste ano. Contudo, as despesas seguem com alta importante, tornando muito improvável a obtenção da meta de déficit primário zero.

Quadro 6: Rendimento Médio (em R\$) e Massa Salarial (em R\$ bi)



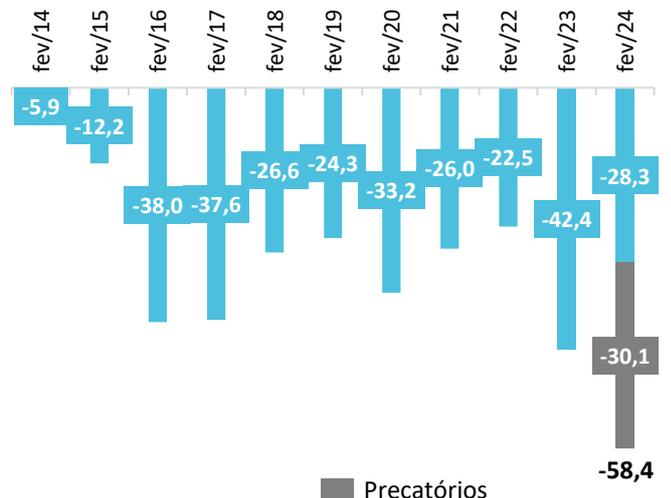
Fonte: PNAD (IBGE)

Quadro 7: Geração de Vagas Formais – Acumulado no 1º bimestre – em milhares



Fonte: Caged

Quadro 8: Resultado Primário do Governo Central Meses de Fevereiro (Em R\$ bi)



Fonte: Tesouro Nacional

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Consumo segue robusto e inflação dá sinais de acomodação acima da meta nos EUA

O cenário internacional trouxe poucas novidades ao longo da última semana, mas foi marcado por novos recordes dos principais índices acionários dos EUA, sustentados por dados fortes de atividade, especialmente em relação ao consumo das famílias. Por outro lado, a inflação segue em um movimento muito gradual de desaceleração, ao mesmo tempo que alguns dirigentes do Fed fizeram discursos indicando que ainda não veem motivo para queda dos juros no país, além de parecer um movimento precipitado, fato que manteve a tendência de fortalecimento global do dólar.

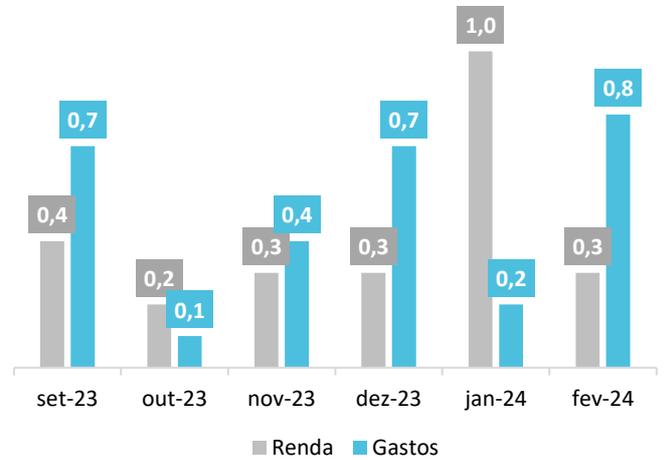
Em relação aos indicadores, os dados de renda e gastos pessoais mostraram que o consumo segue avançando a um ritmo expressivo nos EUA, com alta de 0,8% dos gastos em fevereiro, acima das expectativas (+0,5%) e do dado de janeiro (+0,2%). Já a expansão da renda desacelerou, passando de uma alta de 1,0% em janeiro para 0,3% em fevereiro, em linha com as expectativas.

Ainda no âmbito da atividade, o resultado final do PIB do 4T23 apontou alta trimestral anualizada de 3,4% no período, acima do estimado anteriormente (+3,2%), refletindo a revisão do consumo das famílias, cuja alta no trimestre passou de 3,0% para 3,3%. Na mesma direção, o índice de confiança dos consumidores (Univ. Michigan) subiu em março, atingindo o maior nível desde julho de 2021.

Já sobre a inflação, o deflator de gastos pessoais (índice PCE) subiu 0,3% em fevereiro, um pouco abaixo da estimativa do mercado (+0,4%). O núcleo (sem alimentos e combustíveis), por sua vez, ficou em linha com o esperado, avançando 0,3% no período. Com isso, no acumulado em 12 meses, o índice PCE acelerou para 2,5% (ante 2,4%), enquanto o núcleo registrou ligeira desaceleração, para 2,8% (ante 2,9%), ambos sugerindo um movimento muito gradual de desinflação ou até mesmo alguma acomodação em nível acima da meta de 2%. Tal cenário pode levar a uma nova reavaliação das expectativas para a trajetória das taxas de juros nos EUA.

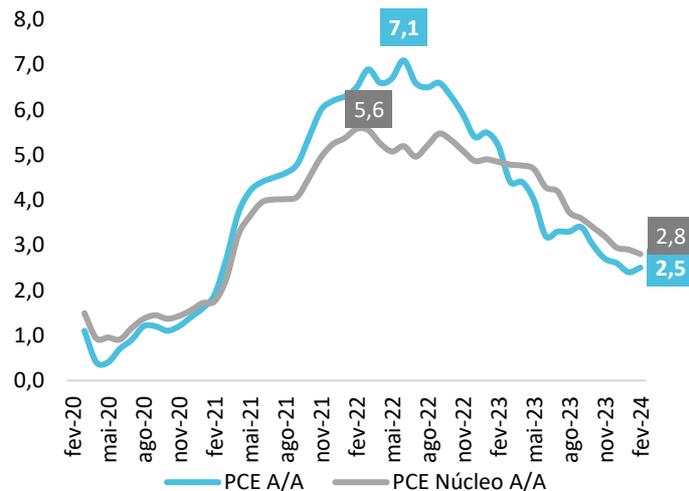
Por fim, na China, o indicador de lucros industriais mostrou uma melhora expressiva no primeiro bimestre, apontando alta de 10,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior. As principais altas vieram das indústrias de informática, comunicações e equipamentos eletrônicos. Tal quadro reforça os sinais de retomada da indústria no país asiático, diante dos estímulos implementados por Pequim voltados para o setor.

Quadro 9: EUA – Renda e Gastos Pessoais
Var.% Mensal



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: EUA – Deflator dos Gastos de Consumo Pessoal (PCE) – Var.% 12 meses



Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA – Confiança dos Consumidores Univ. Michigan – Em pontos



Fonte: Bloomberg.

Projeções para o Mercado de Crédito – RTI (BCB)

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central revisou para cima sua projeção para a expansão do crédito em 2024, de acordo com o RTI do 1T24. Agora, o BC espera uma alta nominal de 9,4% da carteira total de crédito do SFN (ante +8,8% no RTI anterior, do 4T23).

Segundo o BC, a revisão altista é influenciada pelo desempenho acima do esperado ainda no último trimestre de 2023, deixando um cenário mais positivo para o crédito em 2024. Essa melhora ocorre especialmente no segmento livre, beneficiada pelo maior volume de concessões, recuo da inadimplência e revisão para cima na projeção do crescimento da economia. Com isso, a projeção de expansão do crédito Livre PF passou de 9,0% para 10,0%, enquanto a expectativa para a carteira Livre PJ passou de 7,0% para 7,5%.

O BC também ajustou para cima suas projeções para o crédito direcionado, embora de maneira modesta, de 9,7% para 10,0%. A revisão foi puxada pela carteira PF, ajustada de 10,0% para 10,5%, refletindo a revisão para cima da série estatística do saldo do financiamento imobiliário ainda em 2023. Já a projeção da carteira PJ Direcionada ficou inalterada em 9,0%, com a manutenção do cenário de expansão moderada do crédito rural e dos financiamentos com recursos do BNDES.

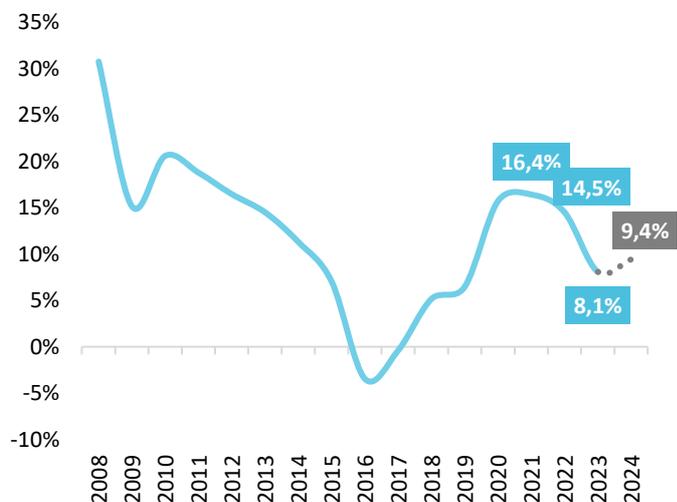
Em resumo, as novas projeções para esse ano são maiores que as indicadas no relatório anterior e melhores do que o observado em 2023, tanto em termos nominais quanto em termos reais. No caso, a perspectiva de aceleração da expansão nominal do crédito somada à desaceleração da inflação sugere um crescimento real mais vigoroso do crédito neste ano. Assim, os números seguem indicando um processo de recuperação do ritmo de expansão (nominal e real) do crédito, movimento compatível com a fase de redução do grau de aperto monetário desde meados de 2023.

Quadro 12: Projeções de Crédito do BCB Var.% Anual

	Efetivo			Projeção 2024	
	2022	2023	Jan/24	RTI 4T23	RTI 1T24
Total	14,5	8,1	7,6	8,8	9,4
Livres	14,9	5,5	4,6	8,1	8,9
PF	17,5	8,2	8,1	9,0	10,0
PJ	11,9	2,2	0,1	7,0	7,5
Direcionados	14,0	11,9	12,0	9,7	10,0
PF	18,0	13,1	12,9	10,0	10,5
PJ	6,9	9,6	10,2	9,0	9,0
Total PF	17,7	10,4	10,2	9,4	10,2
Total PJ	10,1	4,7	3,6	7,7	8,0

Fonte: RTI/Bacen

Quadro 13: Expansão do Saldo de Crédito – Realizado e Projeção do BCB – Var.% em 12 meses



Fonte: RTI/Bacen

Descontando a inflação, o crescimento real do crédito em 2023 foi de 3,3%. Para 2024, a expectativa é de crescimento real de 5,7%.

Regulação – Banco Central do Brasil e CMN

CRÉDITO / BANCOS

Banco Central inclui Cédulas de Crédito Bancário (CCB) na LFL

O Banco Central do Brasil incluiu as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) no rol de ativos elegíveis como garantia para as Linhas Financeiras de Liquidez (LFL), além de estabelecer um limite operacional permanente para a Linha de Liquidez a Termo (LLT), conforme [Resolução 374/2024](#). Até então, apenas as debêntures e as notas comerciais eram aceitas como garantia para a linha.

As LFL são constituídas por duas modalidades: Linha de Liquidez Imediata (LLI) e Linha de Liquidez a Termo (LLT); e possuem como objetivo atender a necessidade de liquidez das instituições decorrente de descasamentos de seus fluxos de caixa.

Em nota, o BCB apontou que a operacionalização das LFL com as novas regras se iniciará em 1º de julho de 2024. Ainda, indicou que a inclusão das CCBs se dará de forma faseada, por classe de operação de crédito que representa. Inicialmente, serão incorporadas CCB representativas de crédito de pessoas jurídicas, em operações de financiamento para capital de giro, comércio exterior e financiamento rural. Posteriormente serão incluídas operações com pessoas físicas.

Para as CCBs serem elegíveis como garantia em operações, elas precisam atender duas condições:

- a) representar operações de crédito consideradas admissíveis, isto é, que apresentem condições e características consideradas necessárias, verificáveis por meio do Sistema de Informações de Créditos (SCR);
- b) estar depositadas em um depositário central de ativos financeiros.

O BCB estima que a incorporação da nova classe de ativo tem o potencial de criar um limite adicional de R\$ 100 bilhões para as IFs através das LFL. Contudo, apesar da inclusão do ativo na linha, o BCB não aumentou o montante máximo passível de dedução dos compulsórios referentes aos depósitos a prazo. Atualmente, as IFs podem deduzir até 3 p.p. (da alíquota de 20%) mediante depósito de ativos elegíveis para as LFLs.

No geral, a medida é positiva, pois aumenta a capacidade do BCB injetar liquidez no sistema financeiro em um momento de *stress* agudo nos mercados. Contudo, conforme avança em tais frentes, é importante que o BCB reduza os níveis dos recolhimentos compulsórios no Brasil, que já ultrapassaram de R\$ 600 bi, e ainda são muito elevados para os padrões internacionais, além de reduzirem a eficiência do SFN.

CMN aperfeiçoa cálculo da TR

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a [Resolução 5.124/2024](#) na última semana que aperfeiçoa a metodologia de cálculo da Taxa Referencial (TR). Em nota, o CMN apontou que o objetivo é promover uma suavização dos valores calculados da TR em relação aos da Taxa Básica Financeira, a TBF. As alterações aprovadas pelo CMN são as seguintes:

- a) estabelecimento de novos intervalos de referência e valores para os parâmetros "a" e "b" elencados no art. 6º da Resolução nº 4.624, de 18 de janeiro de 2018;
- b) aumento no número de casas decimais desses parâmetros para oito, de modo a permitir maior precisão no cálculo; e
- c) utilização da TBF mensal, expressa como valor percentual ao mês, como referência para seleção dos parâmetros "a" e "b", em substituição ao uso da TBF anual.

Ainda, o CMN indicou que a modificação não surtirá maiores efeitos para os usuários da taxa, mas que será importante para o gerenciamento de riscos dos entes expostos à taxa, incrementando a viabilidade e a atratividade da contratação de proteção (*hedge*) para ativos ou passivos com cláusula de atualização pela TR. A mudança entrará em vigor em primeiro de julho deste ano.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

Indicadores do Mercado	28/03/24	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,01	0,70%	0,87%	3,23%	-2,37%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	137,17	3,08%	8,90%	3,56%	-42,47%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	10,66	0,04%	-3,29%	-8,50%	-21,90%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	9,84	-0,29%	-0,46%	-1,97%	-23,95%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	10,70	0,83%	2,46%	6,23%	-14,71%
Índice Ibovespa (em pontos)	128.106,10	-0,04%	-0,71%	-4,53%	25,85%
IFNC (setor financeiro)	13.221,58	-0,06%	0,02%	-4,22%	38,40%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,62	-0,35%	0,03%	8,71%	12,71%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,20	-1,56%	-1,17%	8,28%	17,86%
Dollar Index	104,55	0,52%	0,37%	3,17%	1,86%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.254,35	0,24%	3,10%	10,16%	30,45%
Índice de ações de bancos – EUA	102,23	1,79%	3,65%	-6,66%	8,88%
Índice Euro Stoxx 50	5.083,42	0,62%	4,22%	12,43%	20,14%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	139,31	2,51%	13,98%	17,71%	38,81%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	87,48	1,98%	4,62%	13,55%	11,75%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira